

# Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 1973

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

#### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério

— Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —

Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —

Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares

REUNIÕES — As quartas-feiras

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —

Francisco Escorsin

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Ba-

raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

##### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —

Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Ney Rodrigues

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

##### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-

tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-

tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

## SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P.

Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

##### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin

— Gilberto Carvalho

##### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —

Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.

— Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lólio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-

se Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

##### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —

Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

**3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 94.ª Sessão (Extraordinária)**  
**Realizada em 5 de Junho de 1973**  
**(Terça-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e David Federmann.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Fortes e Antônio Costa (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Hélio Manfrinato — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Igo Losso — João Fadel — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
 Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 57/73, que abre crédito especial de Cr\$ 4.516.022,00 (quatro milhões, quinhentos e dezesseis mil e vinte e dois cruzeiros), destinado a despesas com a Fundação de Terras e Cartografia do Estado do Paraná. — Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 57/73**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 4.516.022,00 (quatro milhões, quinhentos e dezesseis mil e vinte e dois cruzeiros), para atender despesas com a FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ — I.T.C., instituída pela Lei n.º 6.316, de 20 de setembro de 1972, de acordo com a seguinte discriminação:

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO GOVERNO  
 UNIDADE: GABINETE DO SECRETÁRIO — ENTIDADES SUPERVISIONADAS  
 PROGRAMA: COLONIZAÇÃO

ATIVIDADE: PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ — I.T.C.  
 DOTAÇÃO: 2107.0504.2835

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES . . . . .	Cr\$	3.674.974,00
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES . . . . .	Cr\$	3.674.974,00
3.2.7.0 — Diversas Transferências Correntes . . . . .	Cr\$	3.674.974,00
3.2.7.5 — Fundações Instituídas pelo Poder Público . . . . .	Cr\$	3.674.974,00
01 — Pessoal . . . . .	Cr\$	1.952.625,00
03 — Outros Custeios . . . . .	Cr\$	1.523.941,00
06 — Salário Família . . . . .	Cr\$	38.408,00
07 — Contribuições de Previdência Social . . . . .	Cr\$	160.000,00
4.0.0.0 — DESPESAS DE CAPITAL . . . . .	Cr\$	841.048,00
4.3.0.0 — TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL . . . . .	Cr\$	841.048,00
4.3.4.0 — Auxílios para Equipamentos Instalações . . . . .	Cr\$	202.757,00
4.3.5.0 — Auxílios para Material Permanente . . . . .	Cr\$	33.291,00
4.3.7.0 — Contribuições Diversas . . . . .	Cr\$	605.000,00
4.3.7.4 — Diversas . . . . .	Cr\$	605.000,00
04 — Outras Contribuições . . . . .	Cr\$	605.000,00
<b>T O T A L . . . . .</b>	<b>Cr\$</b>	<b>4.516.022,00</b>

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo a cancelar igual importância constante do Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.357, de 7 de dezembro de 1972.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-5-73

aa) — Gilberto Carvalho — Presidente; Iris Caldart — Relator e Basílio Zanusso.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 6, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 176/72.

Levanta-se a Sessão.

**3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 95.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 5 de Junho de 1973**  
**(Terça-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Fortes e Antônio Costa (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Hélio Manfrinato — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Igo Losso — João Fadel — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **S E S S Ã O**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E :**

**REQUERIMENTOS:**

— de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 59/73.

**R e q u e r i m e n t o**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção, na Ata dos trabalhos Legislativos da Sessão Plenária de hoje, de um voto de congratulações pela venda do primeiro carregamento de óleo produzido com o Xisto pirobituminoso paranaense, resultado concreto de trabalho que dura mais de um (1) ano, fato que sobremaneira orgulha o Estado e a gente do Paraná, colocando em destaque a nova fase industrial que no momento atravessamos em ritmo acelerado.

Requer, ainda seja dado conhecimento do presente ao Excelentíssimo Senhor General Ernesto Geisel, Digníssimo Presidente da Petrobrás — Praça Pio X — 119 — 6.º andar — Rio - Guanabara; ao Doutor Carlos Egidio Bruni, Muito Digno Superintendente da Superintendência da Industrialização do Xisto — Rua Emanoel Pereira 11 — 8.º andar — Curitiba e ao Doutor Edison Carlos Schramm, Digníssimo Prefeito Municipal de São Mateus do Sul

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1973.

(a) — João Mansur.

**R e q u e r i m e n t o**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inclusão em Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de congratulações ao Senhor Misdei Moreschi, Prefeito Municipal e autoridades do Município de Itambé, pela realização levada a efeito no domingo próximo passado, 1.ª Festa do Soja.

A mencionada festividade foi coroada de êxito e serviu para demonstrar o grande progresso alcançado por aquela região, motivado em grande parte pelo desenvolvimento da cultura do soja, incentivada pelo Senhor Prefeito Municipal e demais autoridades de Itambé.

Da decisão da Casa, requer-se, ainda, dê-se ciência ao Senhor Misdei Moreschi, Prefeito Municipal de Itambé.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1973.

(a) — Jorge Sato.

**R e q u e r i m e n t o**

Senhor Presidente:

O Deputado infra assinado, requer à douta Mesa, ouvido o Plenário, seja endereçada ao Senhor Diretor do DETRAN, Engenheiro Marcos Prado, sugestão no sentido de ser procedida pintura de faixa divisória na Avenida Cândido de Abreu, a partir da Praça 19 de Dezembro, em direção ao Centro Cívico, tendo em vista que a maioria dos veículos que por ali trafegam o fazem sem qualquer observância do sentido de mão e contra-mão, o que vem contribuindo, como é fácil verificar, para que o trânsito não se processe regular e disciplinadamente nessa via de intenso movimento.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1973.

(a) — Lázaro Dumont.

**R e q u e r i m e n t o**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Secretário de Transportes, reivindicando o asfaltamento da estrada que liga Primeiro de Maio a Sertãoópolis.

O povo daquela região, através da Câmara Municipal de Primeiro de Maio reitera apelo nesse sentido. A construção da represa do Salto do Capivara, no Rio Paranapanema, e a consequente inundação de uma área de 500 kls. aproximados, oferecerá excelente aproveitamento turístico. Afóra isto, o asfaltamento dos 20 quilômetros da referida estrada proporcionará um fácil escoamento dos produtos locais, representando grande estímulo para aumento da produção. Com a pavimentação estará assegurada a ligação do Município de Primeiro de Maio com o resto do País, em face da junção que será feita pela Rodovia Mauá - Sertãoópolis - Porto Charles Nautal. Região de alta produtividade agrícola faz por merecer tal providência governamental. A omissão do Governo poderá representar um desestímulo de proporções elevadas, provocando esvaziamento da região, pois moradores de Primeiro de Maio sofrem

terrivelmente as consequências do isolamento, ocasionado constantemente pelo estado precário da rodovia sobretudo em dias chuvosos. A realização da referida obra, justa pretensão daquela região, representará rendoso investimento para o Estado.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1973.

(a) — Alvaro Dias.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer seja endereçado apelo ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes e Ilmo. Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido da construção das faixas de acostamento ao longo da Rodovia do Café, e da duplicação da pista nos trechos de nível ascendente, na mesma via, a fim de se evitar o congestionamento do tráfego e os acidentes decorrentes, nesses pontos críticos, causados pela diminuição inevitável da velocidade e fluxo dos veículos, especialmente, dos transportadores de carga pesada, determinada pelos mencionados acidentes geográficos.

As duas providências aqui encarecidas são obras recomendadas pela técnica rodoviária como elementares para assegurar a regularidade do trânsito e a segurança do tráfego de pessoas e bens, compatíveis com o grau de civilização e progresso modernos.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1973.

(a) — Lázaro Dumont.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1 — as inúmeras possibilidades de desenvolvimento do Município de Cêro Azul, quer pelas suas incalculáveis reservas minerais, quer pelo aproveitamento agrícola de seu solo, quer pelas possibilidades de incremento pecuário;

2 — que a estrada que liga Cêro Azul à Capital via estrada velha de São Paulo oferece, tendo em vista seu traçado irregular, inúmeros problemas aos usuários;

3 — que o problema seria facilmente solucionado com a construção de outra estrada, passando pelo Município de Rio Branco do Sul cujo estudo já foi efetuado pelo Departamento de Estradas de Rodagem.

Requeiro à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente às Suas Excelências Secretário dos Transportes e Diretor do D.E.R., solicitando se dignem adotar as medidas necessárias visando a construção da referida rodovia.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1973.

(a) — Maurício Fruct.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o encaminhamento, ao Excelentíssimo Senhor Secretário e ao Ilmo. Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, de apelo no sentido da pavimentação asfáltica da rodovia que liga os importantes Municípios de Jacarezinho e Ribeirão Claro.

Vale ressaltar, no presente apelo que o citado trecho rodoviário avulta, na região geo-econômica onde se situa, como a via estrutural e basicamente decisiva para o escoamento da produção agro-pecuária e outras riquezas em busca dos centros de comercialização do Estado, além de sua função integradora de inúmeros núcleos dispersos ao longo de seu traçado.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1973.

(a) — Lázaro Dumont.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Corroborando o engano do nobre Presidente desta Casa que concedeu ao pequeno orador a oportunidade de falar desta Tribuna, devo comunicar à Assembléia que, em data de hoje, recebi do Diretor do DETRAN de Curitiba o seguinte expediente:

"Senhor Deputado:

Lí com a maior atenção e surpresa as declarações prestadas por V. Exa. ontem, no Plenário da Assembléia Legislativa, sobre o encaminhamento de um pedido de quinze cidadãos componentes do Conselho Deliberativo de Acidentes, para processar o Deputado Antônio Belinati, por declarações insultuosas prestadas em jornais e televisão.

Analisé cuidadosamente as palavras de V. Exa. Pude verificar quanto foi mal compreendido o excepcional respeito que temos pelo Poder Legislativo deste Estado, pois, somente assim, entendi que não poderíamos processar um de seus membros sem antes obter a licença dessa egrégia Casa. Se erros técnicos foram cometidos no formalismo do processo, não escondem, porém, a evidente intenção de que, por maiores que fossem os desmandos de um de seus membros, mesmo fora do recinto inviolável dessa Assembléia Legislativa, temos a obrigação de ouvi-la em casos de tamanha gravidade.

Não nos rebelamos contra as críticas e jamais nos furtamos ao debate. A prova disto são as incontáveis palestras e debates públicos que fizemos e, por fim, quando convidados a comparecer à Comissão de Legislação dessa Casa juntamente com os Senhores Secretários de Segurança e do Governo, por não terem esses podido comparecer, enviamos as respostas aos quesitos apresentados, não apenas aos membros daquela Comissão, mas a todos os Deputados.

Ainda há pouco, respondemos aos esclarecimentos pedidos sobre os exames psicotécnicos, multas e quanto foi gasto na sincronização de Curitiba. Algumas respostas foram dirigidas diretamente a essa Casa, por terem sido feitas ao DETRAN, órgão que tem autonomia administrativa. Outras foram enviadas por intermédio da Secretaria de Segurança, que não as havia solicitado.

O DETRAN é aberto a todos. Se nem todas as solicitações sempre podem ser atendidas, não se poderá dizer, porém, que todas foram negadas.

É preciso deixar bem claro que não procuramos responder às críticas com processos criminais, mas encaminhamos um pedido de licença para processar um dos membros dessa digna Assembléia, por ter feito acusações diretas a certas pessoas, que eventualmente se encontram no DETRAN, prestando serviços gratuitos e de mais alta relevância.

Este é um jogo aberto que mostra o alto respeito que temos pelo Poder Legislativo. E, nesse jogo aberto, temos mostrado as nossas deficiências, procurando corrigi-las para que se encontre o caminho certo, atendendo a parte burocrática e melhorando a circulação de veículos.

Se ainda não alcançamos os fins desejados, é porque principalmente, não encontramos no meio do trabalho, quando toda a parte controladora da cir-

culação de veículos acha-se ainda em fase de aquisição e a reforma administrativa do DETRAN aguarda definição dos órgãos superiores.

Aproveitando o ensejo, apresento a V. Exa. os meus protestos de mais alta consideração, e coloco-me à sua disposição para maiores esclarecimentos.

Conforme nosso pronunciamento de ontem, quero deixar claro que absolutamente não interessa qual o Deputado que eventualmente esteja sob a mira do Detran. Porque, conforme disse, entendo que o movimento de solidariedade a um Deputado deve ser de toda Casa independentemente do Partido a que pertence por que assim estaremos resguardando a soberania deste Poder.

Não posso deixar de agradecer a atenção de que fui alvo, pela maneira cavalheiresca do Diretor do Detran, enviando expediente explicativo, muito embora mais uma vez critique o Diretor do Detran e sua posição de manter ainda em permanência a possibilidade de processar criminalmente o Deputado Antônio Belinati.

De todo o Expediente atendo-me ao seu último parágrafo, no qual o Exmo. Sr. Diretor do Detran põe-se à disposição desta Casa para maiores esclarecimentos. Pois então fica aqui nosso pedido para que compareça nesta Casa brevemente, para que possa, se for o caso dar os esclarecimentos que estamos todos desejando.

Para finalizar, ainda com relação ao expediente encaminhado pelo sr. Diretor do Detran, disse S. Exa. que "se erros técnicos foram cometidos no formalismo do processo não escondem porém, a evidente intenção de que por maiores que fossem os desmandos de um de seus membros mesmo fora do recinto inviolável dessa Assembléia Legislativa, temos a obrigação de ouvi-la em casos de tamanha gravidade".

Evidentemente não conheço os episódios que deram origem a esse conflito entre o nobre Deputado do MDB e o Diretor do Detran. Mas, seja como for continuo na minha inabalável disposição de não permitir que esta Casa dê cobertura a pretensão do Sr. Diretor do Detran.

Muito obrigado, sr. Presidente srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — No Pequeno Expediente concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente srs. Deputados.

Desgraçadamente o Paraná hoje é um Estado triste. É notícia no País inteiro, mas notícia de forma desagradável de forma indesejável. Estamos em dúvida: teria o Paraná voltado à condição de província? Ou estaria o Paraná sem governo e sem governante? Somos província de São Paulo ou simplesmente transferimos a sede do nosso Governo para um hospital paulistano?

Os despachos lá se verificam. S. Exa. o sr. Governador recebeu seu Secretariado num hospital paulista, para tratar dos problemas mais urgentes de nossa comunidade.

Lamentavelmente o Palácio Iguaçu se encontra invadido por uma tristeza a tristeza do silêncio administrativo, da omissão da negligência e nós até hoje não compreendemos quais as razões, quais os motivos quais as forças que sustentam esta situação delicada em nosso Estado. Estamos comprometendo o presente e podemos arruinar o futuro. O Paraná hoje é um Estado parado; o Paraná hoje é um Estado atingido por um desalento impressionante.

O noticiário diz: "Segundo seu médico particular, a internação do Governador foi motivada pelo excesso de trabalho que afetou seu aparelho digestivo causando perturbações gerais".

Como excesso de trabalho, se há dois anos não assistimos grandes realizações neste Estado? Onde se verifica o excesso de trabalho no Estado do Paraná por parte do Governo? São as perguntas que lançamos e queremos resposta.

Temos que chegar a uma conclusão: há interesses excusos há indivíduos interessados na permanência desta situação porque de uma coisa estamos convicts. O Governador Parigot de Souza, de honra inatável de conduta irreparável na vida pública de forma alguma continuaria chefiando os destinos do Paraná numa situação de incapacidade física. Somos forçados a admitir embora sem diploma médico, que nosso Governador não possui condições físicas para dirigir os destinos deste Estado.

Num recorte de jornal vemos: Pompidou e a França. Surgiu apenas, boatos com relação a saúde de Pompidou e todo o País se preocupou todo o País está a exigir uma definição por parte do Governo com relação as possibilidades de seu dirigente.

Eis o que diz o recorte: "Nestas condições é evidente que uma explicação oficial é necessária porque, sejam falsos certos ou exagerados estes rumores são um acontecimento de caráter político que não podem ser ignorados por mais tempo".

E, nós podemos continuar ignorando os fatos do Estado do Paraná? Ou devemos com a responsabilidade que nos pesa sobre os ombros exigir por parte, até mesmo da União uma definição; ou pretendemos permanecer omissos e conviventes com esta situação comprometedora que pode arruinar os legítimos interesses de progresso e de desenvolvimento de nosso Estado.

Agora, nenhuma desculpa nenhuma justificativa nos convence mais. A crise política no Paraná atingiu foros de tamanha complexidade que não pode ser levada adiante. Uma definição urgente tem que ser tomada e a quem apelar nestas alturas? Apelar para o sentido humano de gente ligada ao Governo?

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre orador que falta apenas meio minuto para terminar sua oração.

O SR. ALVARO DIAS — Agradeço e vou concluir. O nosso apelo a pessoas ligadas à equipe administrativa do Paraná não encontra eco. O caminho, apelar para que o Presidente da República resolva a situação político-administrativa no Estado do Paraná; a forma ele deve encontrar. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Como o DETRAN está em pauta, também nós gostaríamos hoje de tecer algumas considerações a respeito do Diretor do DETRAN Arquiteto Marcos Prado.

Um privilegiado na vida pública, um homem que conseguiu uma verdadeira boca rica como funcionário público conseguindo acumular em um só tempo 4 empregos na vida pública.

O Sr. Marcos Prado está hoje mais privilegiado do que muitos acertadores da própria Loteria Esportiva, que não conseguem às vezes com os prêmios que recebem a grande bolada que percebe o Sr. Marcos Loureiro Prado, o Diretor do DETRAN.

Sua Excelência ocupa a Direção do DETRAN ganhando para trabalhar em regime de tempo integral — o que não se admitiria um Diretor de tal Departamento permanecer ali durante um período do dia. É Diretor do DETRAN. Nesta semana, está respondendo pela Direção da Faculdade de Engenharia; é Professor da Faculdade de Arquitetura em regime de 24 horas semanais, portanto 4 horas de trabalho por dia; e ainda consegue um precioso tempo para representar a Escola de Engenharia no Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Paraná — esse Conselho se reúne todas as terças-feiras e quintas, no período da manhã, e o Sr. Marcos Prado ganha por reunião que comparece meio salário mínimo a título de jeton.

Portanto, o atual Diretor do DETRAN é um verdadeiro mágico que consegue estar ao mesmo tempo em 4 empregos, ganhando de 4 funções públicas transformando-se no maior mágico do serviço público do Paraná.

Isto vem demonstrar sr. Presidente, srs. Deputados, que a bagunça que impera no trânsito do Paraná é consequência da falta de tempo do Sr. Marcos Prado para cuidar melhor do DETRAN, para, quem sabe, ao invés de se preocupar com pronunciamentos de Deputados, em, quem sabe punir Deputados porque não aceita críticas, quem sabe, deixar alguns empregos, e zelar com mais carinho pelo DETRAN do Paraná, a fim de que não continue a imperar esta bagunça que todo o Paraná está presenciando em um dos principais órgãos do nosso Governo do Estado do Paraná.

Temos casos e mais casos a relatar aqui, mas, há um que é até engraçado; vem de Londrina:

O cidadão teve sua carteira de motorista apreendida pelo DETRAN, há 2 anos e 3 meses; já pagou a multa que recebeu por parte do DETRAN; foi procurar a sua carteira, e até hoje o DETRAN não conseguiu dizer onde ela se encontra. Esse mesmo cidadão — Pedro Patsko — providenciou os documentos para uma 2.a via da sua carteira, e recebeu a resposta do DETRAN: — que não poderia receber 2.a via, porque sua carteira fora apreendida.

O cidadão paga multa, não recebe 2.a via e o DETRAN também não conta onde se encontra a sua carteira, razão pela qual o cidadão já perdeu o emprego, já deixou de trabalhar, isto, pelo acúmulo de empregos que o sr. Marcos Prado vem ocupando para surpresa de todo o Paraná.

Ainda aqui voltaremos, a esta Tribuna, para relatar as providências que iremos tomar contra os abusos que o Sr. Marcos Prado vem cometendo na Direção do DETRAN. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem oradores inscritos para o Grande Expediente, decido encerrar a Hora do Expediente.

Passa-se à  
**ORDEM DO DIA,**  
 com a presença de 39 srs. Deputados.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 6-73, de autoria do Dep. Mauricio Fruet, que declara de Utilidade Pública, a "Caixa Beneficente dos Funcionários Municipais de Curitiba". — CABEFUNC — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 59-73 de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 44-73, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o Código de Vencimentos dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná e, do anexo Projeto de Lei n. 84-73, oriundo de Mensagem Governamental n. 47-73, aditando com nova redação diversos artigos aquele Código. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **EM REGIME DE URGENCIA.** — **Aprovado, por unanimidade.**

3.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 12-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 100-73, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Companhia de Urbanização de Curitiba — URBS, com finalidade de implantar sistema de segurança Civil-Militar na área e dependências da Estação Rodoviária de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. **EM REGIME DE URGENCIA.** — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 36-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 112-73, que aprova o Acordo n. 02-73, celebrado entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, — objetivando realização do 1.º Curso Nacional sobre conservação de solos, organizado pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento Integrado de Águas e Terras — CIDIAT. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. — **EM REGIME DE URGENCIA** — **Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 155-7, de autoria do Dep. João Fadel, que dá nova redação ao Parágrafo 1.º, do Artigo 1.º, da Lei n. 6.296 de 7.7.72. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **COM SUBSTITUTIVO.** — **Aprovado, com Substitutivo artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 8-73, de autoria do Dep. Mauricio Fruet, que declara de Utilidade Pública a Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. Sobre o Projeto de Lei n. 8-73. Requerimento de autoria do sr. Deputado Mauricio Fruet, no seguinte teor:

Senhor Presidente:  
 Requeiro, regimentalmente, a retirada da Ordem do Dia da Sessão de hoje, por três sessões o Projeto de Lei n. 8-73 que declara de Utilidade Pública a Igreja Presbiteriana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1973.

(a) — Mauricio Fruet.  
 Aprovado, o Requerimento do Sr. Deputado Mauricio Fruet.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 17-73, de autoria do Dep. Borsari Neto, que declara de Utilidade Pública o Instituto Paranaense de Engenharia Legal e Avaliações "IPELA", com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 26-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 75-73, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos órgão da Presidência da República, objetivando a fabricação de produtos farmacêuticos. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P. **EM REGIME DE URGENCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 27-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 81-73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos, órgão da Presidência da República, objetivando incrementar a Assistência Farmacêutica gratuita em Municípios Paranaenses. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.S.P. **EM REGIME DE URGENCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 140-71, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar mediante decreto, uma Inspeção de Ensino, em Capanema e com jurisdição nos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 140/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, mediante Decreto, uma Inspeção de Ensino com sede no Município de Capanema, com jurisdição nos seguintes municípios: — Planalto, Perola d'Oeste, Realeza, Santa Isabel do Oeste, Capitão Leônidas Marques e município sede.

Art. 2.º — Para atender o disposto no art. 1.º, fica o Poder Executivo autorizado a incluir no art. 6.º da Lei n.º 5.821, de 03 de agosto de 1968, os seguintes cargos de provimento em comissão:

1. — No Inciso I, um de Inspetor Regional de Ensino, símbolo 3.C;  
 2. — No Inciso III, um de Inspetor Regional de Ensino Médio, símbolo 6.C e

3. — No Inciso IV, um de Inspetor de Ensino Primário, símbolo 14.C.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de julho de 1971

a) — Deputado Odilon Reinhardt

#### JUSTIFICATIVA

O presente Plano de Lei tem por objetivo dotar de atendimento eficiente os municípios que estão sob a jurisdição de ensino do Município de Santo Antonio do Sudoeste, uma vez que este, já não tem condições de dar assistência aos 10 (dez) Municípios que se encontram sob sua jurisdição, em vista do elevado aumento populacional que vem se registrando naquela região.

Considerando que a 47.a Inspeção de Ensino, com sede em Santo Antonio do Sudoeste, foi implantada há longos anos, quando aquela zona fronteiriça ainda estava no princípio de sua formação, e, considerando o aumento previsto no setor de escolarização de crianças, motivado pela explosão demográfica ocorrida naquela zona de nosso Estado, nada mais justo e oportuno, pois, do que a implantação de uma Inspeção de Ensino no Município de Capanema, dividindo assim as funções, com aquela que já não apresenta condições para dar o necessário funcionamento dos estabelecimentos de ensino sob sua jurisdição.

Isto foi o que nos moveu a apresentar o presente Projeto de Lei a esta Casa, esperando seja-lhe dado por parte de nossos nobres Pares, o indispensável apoio, e, ao final sua necessária aprovação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N.º 140/71

AUTOR: Dep. Odilon Reinhardt

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar mediante Decreto, a Inspeção de Ensino, com sede no Município de Capanema, com jurisdição nos municípios que especifica.

#### PARECER

1.) O Projeto em questão vem articulado e justificado, nos termos em que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) Referida Proposição não contraria qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa do Autor.

3.) Assim, pois, somos pela sua aprovação.  
 É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 2 de setembro de 1971

aa) — Wilson Brandão — Presidente

Arthur de Souza — Relator

Armando Queiroz

Odilon Reinhardt

Gilberto Carvalho

Muggiati Filho

Igo Losso

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### PROJETO DE LEI N.º 140/71

AUTOR: Dep. Odilon Reinhardt

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar, mediante decreto, Inspeção de Ensino, com sede em Capanema.

#### PARECER

1.) Pretende o autor do presente Plano de Lei, autorizar o Poder Executivo, a criar, mediante decreto, uma Inspeção de Ensino, com sede no Município de Capanema e jurisdição nos Municípios que especifica.

2.) Cabendo a fiscalização das escolas, em geral, ao Estado, através de suas Inspeções, é necessário que estas se localizem no centro da região de sua jurisdição, para um atendimento mais efetivo e constante.

3.) Assim sendo, somos pela aprovação do presente Projeto de Lei.  
 S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) — Antônio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Rosário Pitelli

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI N.º 140/71

AUTOR: Dep. Odilon Reinhardt

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo, criar mediante decreto, uma Inspeção de Ensino, em Capanema e com jurisdição nos municípios que especifica.

**PARECER**

O referido projeto já com a aprovação da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Instrução Pública, não apresenta nenhuma implicação financeira tendo em vista que o Orçamento Geral do Estado existe verba própria para atendimento dessa despesa.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1973

aa) — **Quielso Crisóstomo da Silva** — Presidente  
**Francisco Escorsin** — Relator  
**Gilberto Carvalho**  
**João C. Fadel**  
**Álvaro Dias**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 21/73, encaminhando anteprojeto de Lei que, objetiva criar os cargos em comissão que especifica, com lotação na Escola Polivalente de Curitiba, de 1.º grau, da Rede Estadual de Ensino. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

**PROJETO DE LEI N.º 24/73****MENSAGEM**

21/73

Curitiba, 15 de março de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar os cargos em comissão que especifica, com lotação na ESCOLA POLIVALENTE DE CURITIBA, de 1.º Grau, da Rede Estadual de Ensino.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis é altamente significativa e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que, se constitui em importante e decisivo passo no sentido da efetiva implantação da reforma do ensino, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 2.098/72, de 24 de agosto de 1972, firmada pelo Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, diz, com mais detalhes, sobre a necessidade e oportunidade da medida consubstanciada no Plano de Lei encaminhado à apreciação dessa Assembléia Legislativa.

Certo de que a proposição ora encaminhada a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

aa) — **JOÃO MANSUR**

Presidente da Assembléia Legislativa  
 no exercício do cargo de Governador  
 do Estado.

Ao Excelentíssimo Senhor  
 Dep. Oswaldo Santos Lima  
 Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
 N/ Capital

**PROJETO DE LEI N.º 24/73**  
**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1.º — Ficam criados, no Quadro Único de Pessoal do Estado, Parte Permanente, os cargos isolados, de provimento em comissão, de Diretor, símbolo 2-C, Vice-Diretor, símbolo 3-C e Secretário, símbolo 8-C, da ESCOLA POLIVALENTE DE CURITIBA (BOQUEIRÃO), 1.º Grau, da rede estadual de ensino.

§ 1.º — O provimento dos cargos referidos neste artigo será feito pelo prazo de dois (2) anos, por pessoas que atenderem regularmente aos Cursos PREMEN do Estado do Paraná.

§ 2.º — Poderá haver recondução por uma vez ao exercício do respectivo cargo, a critério do Secretário da Educação e Cultura.

Art. 2.º — Mediante decreto do Chefe do Poder Executivo será definida a lotação de cargos efetivos do pessoal que se fizer necessário ao funcionamento da Escola Polivalente de Curitiba.

§ 1.º — A fim de compor o corpo docente da Escola Polivalente de Curitiba (Boqueirão) — 1.º Grau, fica criada, no Quadro Próprio do Magistério, Parte Permanente, a Série de Classes de Professor de Áreas de Ensino, conforme estrutura abaixo especificada:

**SERVIÇO: MAGISTÉRIO**

Grupo Ocupacional M-500 — Magistério Técnico

CÓDIGO	SÉRIE DE CLASSES	NÍVEL	N.º DE CARGOS
M-501	Professor de Áreas de Ensino	24	8
M-501	Professor de Áreas de Ensino	23	10
M-501	Professor de Áreas de Ensino	22	22
			40

§ 2.º — Fica, ainda, criada, no Grupo Ocupacional do Magistério Técnico M-400, a classe única de Coordenador Pedagógico, nível 25, composta de um cargo, com lotação na Escola Polivalente de Curitiba.

Art. 3.º — Os cargos criados pelos parágrafos 1.º e 2.º do artigo anterior, são privativos de portadores de diplomas de curso de licenciatura plena ou de licenciatura de curta duração e que tenham realizado, com aproveitamento, os cursos de retreinamento do PREMEN.

Art. 4.º — Aos ocupantes dos cargos do Quadro Próprio do Magistério e do Quadro Único de Pessoal, de lotação da Escola Polivalente de Curitiba (Boqueirão) 1.º Grau, aplica-se o regime de tempo integral e dedicação exclusiva previsto em lei, mediante a gratificação mensal a ser fixada por decreto do Chefe do Poder Executivo, por proposta do Secretário da Educação e Cultura.

Art. 5.º — A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta da verba própria orçamentária da Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

E.M. N.º 2.098/72

Curitiba, 24 de agosto de 1972

Excelentíssimo Senhor Governador:

Na estrutura da Escola Polivalente de Curitiba (Boqueirão) 1.º Grau, nesta Capital, estão previstos, segundo orientação transmitida pelos órgãos fe-

derais competentes, os cargos isolados, de provimento em comissão, de Diretor, Vice-Diretor e Secretário.

Como tais cargos ainda não existem e o respectivo provimento é urgente, para que o referido estabelecimento de ensino possa entrar em funcionamento normal, elaborou esta Secretaria de Estado, o anexo anteprojeto de lei, cuja minuta tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência.

Nos termos do mesmo anteprojeto, os três cargos isolados, de provimento em comissão, terão vencimentos correspondentes aos símbolos 2-C, 3-C e 8-C (artigo 1.º) e os seus ocupantes ficam sujeitos ao regime de tempo integral, com a jornada de quarenta (40) horas semanais de trabalho.

Com tais providências, os cargos da alta direção do referido estabelecimento alcançarão um nível salarial capaz de estimular os seus ocupantes a bem desempenhar suas árduas tarefas, ficando, assim, atendida a recomendação feita nesse sentido, pelas autoridades federais encarregadas da implantação das Escolas Polivalentes no País.

Pelos motivos expostos, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência o encaminhamento de mensagem à douta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, propondo a criação dos referidos cargos, na forma da anexa minuta.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência as minhas mais nobres expressões de estima e apreço.

aa) — **Roberto Linhares da Costa**

Secretário da Educação e Cultura

A Sua Excelência o Senhor

Professor Pedro Viriato Parigot de Souza

Digníssimo Governador do Estado do Paraná

N/ Capital

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA****PROJETO DE LEI N.º 24/73**

Mensagem Governamental N.º 21/73

**PARECER**

1) — Objetiva o presente plano de lei, oriundo da Mensagem Governamental n.º 21/73, a criar no Quadro Único de Pessoal do Estado, Parte Permanente, os cargos isolados, de provimento em comissão de Diretor, símbolo 2-C, Vice-Diretor, símbolo 3-C e Secretário, símbolo 8-C, da Escola Polivalente de Curitiba (Boqueirão), 1.º Grau, da rede estadual de ensino.

2) — A proposição se nos afigura oportuna e necessária, dadas as razões apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo, na mensagem encaminhada a esta Casa de Leis, onde consultará plenamente aos interesses da Administração, se constituindo em importante e decisivo passo no sentido da implantação da reforma do ensino, em conformidade com o que preceitua dispositivos da Lei Federal n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971.

3) — Face ao exposto e não havendo qualquer impedimento de ordem legal e constitucional, opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973.

aa) — **Antonio F. F. da Costa** — Presidente; **Ivo Tomazoni** — Relator;  
**Ovidio Franzoni** — **Erondy Silvério** — **Paulo Camargo** — **Wilson Fortes** — **Quielso Crisóstomo da Silva**

**PROJETO DE LEI N.º 24/73****COMISSÃO DE FINANÇAS****AUTOR GOVERNO DO ESTADO****PARECER**

O presente projeto de lei oriundo da Mensagem Governamental n.º 21/73, que objetiva criar nos cargos em comissão que especifica, com lotação na Escola Polivalente de Curitiba, não vem a colidir com qualquer dispositivo de ordem legal ou financeira, haja visto que é da competência do Senhor Governador as iniciativas de lei que aumentam a despesa pública.

Pelo exposto nosso parecer é pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1973.

aa) — **Quielso Crisóstomo da Silva** — Presidente

**Francisco Escorsin** — Relator

**Gilberto Carvalho**

**João C. Fadel**

**Álvaro Dias**

**COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA****PROJETO DE LEI N.º 24/73**

AUTOR: Poder Executivo

SÚMULA: Mensagem n.º 21/73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar os cargos em comissão que especifica, com lotação na Escola Polivalente de Curitiba, de 1.º Grau, da Rede Estadual de Ensino.

**PARECER**

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n.º 21/73, já recebeu nas ditas Comissões de Justiça e Finanças, parecer favorável. Entendendo justa e oportuna a medida pleiteada, opino pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) **Antônio Lopes Jr.** — Presidente e Relator, **Álvaro Dias** e **Rosário Pitelli**.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33-73, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública, o "Centro de Fraternidade Universal Mistérios da Vida", de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Aprovado.

**PROJETO DE LEI N.º 33-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica declarado como de Utilidade Pública, o Centro de Fraternidade Universal Mistérios da Vida, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 19 de março de 1973.

(a) **Deputado Erondy Silvério**

**JUSTIFICAÇÃO:**

A entidade em apreço possui personalidade jurídica, segundo o registro efetuado no 2.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, sob o n.º 326, do livro "A", de Pessoas Jurídicas, objetiva a realização de fins não lucrativos e seus dirigentes não auferem quaisquer proventos decorrentes do exercício das respectivas funções (docs. anexos).

É, portanto, como organização de natureza beneficente, credora da declaração que agora se propõe.

# COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA

PROJETO DE LEI N.º 33-73

## PARECER

O ilustre Deputado Erondy Silvério propõe, por intermédio do presente Projeto, que seja declarada de Utilidade Pública o "Centro de Fraternidade Universal Mistérios da Vida", de Curitiba.

A entidade em apreço, segundo se verifica do Estatuto anexado ao processo, preenche os requisitos legais necessários ao reconhecimento e, sem dúvida alguma, sua natureza é essencialmente pública.

Por essa razão, opino pela aprovação.

Sala das Comissões, 11 de abril de 1973.

(aa) Antônio F.F. da Costa — Presidente  
Antônio Lopes Júnior — Relator  
Ivo Thomazoni  
Oyídio Franzoni  
Quiêse Crisóstomo da Silva e  
Sebastião Rodrigues

# COMISSAO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 33-73

AUTOR: — Deputado Erondy Silvério  
SÚMULA: — Declara de Utilidade Pública, o "Centro de Fraternidade Universal Mistérios da Vida", de Curitiba.

## PARECER

Tratando-se de organização de natureza beneficente e de acordo com suas metas estatutárias, esta Comissão não vê nenhum impedimento na sua aprovação.

A matéria é meramente autorizatória.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1973.

(aa) Quiêse Crisóstomo da Silva — Presidente  
Francisco Escorsin — Relator  
Alvaro Dias  
Gilberto Carvalho

1.a DISCUSSAO — do Projeto de Lei n.º 36-73, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Médico Dr. Felix do Rego Almeida". Parecer favorável da C.C.J. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 36-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º — Por notáveis serviços prestados à Medicina e à Sociedade Paranaense, é concedido ao médico Felix do Rego Almeida o Título de Cidadão Honorário do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1973.

(a) Deputado Erondy Silvério

## JUSTIFICATIVA:

As homenagens mais puras e sensíveis de uma comunidade não são aquelas dirigidas ao ocupante de cargo eminente, ou ao detentor do poder, mas as que promovem notáveis figuras humanas, realçadas não por atos isolados, sim por vidas inteiras de trabalho, estudo e desprendimento em favor da sociedade homenageante.

Assim procedeu esta Casa quando rendeu preito ao legendário médico e professor Mário Braga de Abreu, e da mesma forma agirá homenageando agora seu herdeiro em vida, Felix do Rego Almeida, um filho de tradicional família paranaense que circunstancialmente nasceu no Estado do Paraná.

Dotado de excepcionais aptidões cirúrgicas e clínicas, absorveu não só a habilidade do mestre, mas a própria filosofia de exercer a medicina como missão social, livre de interesses financeiros, e liderança em alto grau. Professor de Clínica Cirúrgica na Universidade Federal e na Universidade Católica do Paraná, e ainda presidente do mais alto órgão de representação médica do Estado — o Conselho de Medicina — transmite o homenagem às novas gerações médicas as qualidades que o situam como fora de série.

Acompanha esta curta justificativa o "curriculum vitae" do Doutor Felix do Rego Almeida, cuja vida a maioria dos Senhores Deputados conhece, e que por certo, no momento da entrega do tão merecido título, será relatada nos detalhes que o transformaram, jovem ainda, em um dos tipos inesquecíveis da sociedade paranaense.

# COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA

PROJETO DE LEI N.º 36-73

AUTOR: — Deputado Erondy Silvério  
SÚMULA: — Concede ao médico Felix do Rego Almeida, o Título de Cidadão Honorário do Paraná.

## PARECER

O desiderato da presente Proposição, de autoria do Nobre Deputado Erondy Silvério, é conceder ao médico Felix do Rego Almeida, o Título de Cidadão Honorário do Paraná.

Conforme salienta a brilhante justificativa do autor da Proposição, "as homenagens mais puras e sensíveis de uma comunidade não são aquelas dirigidas ao ocupante de cargo eminente, ou ao detentor do poder, mas as que promovem notáveis figuras humanas, realçadas não por atos isolados, sim por vidas inteiras de trabalho, estudo e desprendimento em favor da sociedade homenageante".

É o reconhecimento da sociedade homenageando uma das figuras exponenciais da medicina brasileira, que apesar de jovem possui uma folha de serviços das mais expressivas prestadas à coletividade, exercendo a medicina como missão social, altruísmo e dedicação.

Das mais felizes e iniciativa do nobre autor da Proposição, concedendo o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao médico Felix do Rego Almeida Pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9.5.73.

(aa) Antônio F. F. da Costa — Presidente  
Antônio Lopes Júnior — Relator  
Erondy Silvério  
Paulo Camargo  
Quiêse Crisóstomo da Silva  
Igo Losso  
Ivo Thomazoni  
Oyídio Franzoni  
Nelson Buffara

1.a DISCUSSAO — do Projeto de Lei n.º 71-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 41-73, encaminhando anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo anuir na hipoteca do imóvel de propriedade do Instituto de Engenharia do Paraná, situado nesta Capital e doado pelo Estado, a fim de permitir obtenção de recursos financeiros àquele Instituto. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 71-73

Curitiba, 17 de abril de 1973

MENSAGEM 41-73  
Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a anuir na hipoteca do imóvel de propriedade do Instituto de Engenharia do Paraná, situado à rua Emiliano Pernet, nesta Capital, doado pelo Estado do Paraná, conforme Lei n.º 791 de 15 de novembro de 1951, a fim de permitir àquele Instituto a obtenção de recursos financeiros necessários à conclusão da sua séde.

A medida legal ora proposta a essa Augusta Casa de Leis é necessária tendo em vista o fato de que no texto da lei n.º 791-51, que autorizou a doação do imóvel em questão, consta dispositivo de inalienabilidade desse imóvel, o que vem impedindo que o Instituto possa obter financiamento hipotecário para poder concluir o prédio que lhe vai servir de séde.

Para melhores esclarecimentos em torno do assunto, é anexada cópia autêntica do Ofício n.º 258-73, de 27.3.73, através do qual a Presidência do Instituto de Engenharia do Paraná, pleiteia a medida em questão.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Ag. Excelentíssimo Senhor  
Deputado JOÃO MANSUR  
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a anuir na hipoteca do imóvel de propriedade do Instituto de Engenharia do Paraná, situado à rua Emiliano Pernet, nesta Capital, doado pelo Estado do Paraná, conforme Lei n.º 791 de 15 de novembro de 1951, a fim de permitir àquele Instituto a obtenção de recursos financeiros necessários à conclusão da sua séde.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## INSTITUTO DE ENGENHARIA DO PARANA

Ofício n.º 258-73  
Exmo. Sr. JOÃO MANSUR  
D.D. Governador do Estado  
Palácio Iguaçu  
N/CAPITAL

Curitiba, 27 de março de 1973

Por Lei n.º 791, de 15 de novembro de 1951, o engenheiro Bento Munhoz da Rocha Neto, então Governador do Estado, doou ao Instituto de Engenharia do Paraná um imóvel situado à rua Emiliano Pernet n.º 174, nesta cidade, no qual está sendo construída a sede própria do mesmo Instituto.

Reza a mencionada Lei, no seu artigo 3.º, que o órgão beneficiado não poderá alienar o imóvel doado sem prévia autorização do doador.

Como é do conhecimento de V.Excia. a construção da sede vem se arrastando por vários anos e, para sua conclusão, o Instituto necessita fazer uma operação de crédito a longo prazo, vinculando o terreno e o edifício objeto do financiamento.

Nestas condições tenho a honra de solicitar a V.Exa. seja o Instituto de Engenharia do Paraná autorizado a hipotecar o imóvel doado, com a finalidade de realizar a operação de crédito para concluir a obra e, consequentemente, aumentar o seu patrimônio.

Na oportunidade renovo a V.Exa. os protestos de alta estima e distinta consideração.

(a) Luiz Carlos Pereira Tourinho — Presidente

# COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA

PROJETO DE LEI N.º 71-73

## PARECER

Iniciativa do Poder Executivo, que pretende autorização desta Assembléia Legislativa, para anuir na hipoteca do imóvel de propriedade do Instituto de Engenharia do Paraná, situado à rua Emiliano Pernet, nesta Capital, doado pelo Estado do Paraná, conforme Lei n.º 791 de 15 de novembro de 1951, a fim de permitir àquele Instituto a obtenção de recursos financeiros necessários à conclusão de sua Séde.

Pelos termos do ofício encaminhado ao Senhor Governador pelo Instituto de Engenharia do Paraná, que instrui a presente proposição, inferimos que a Lei que doou à mencionada entidade o imóvel onde está instalada, exige autorização do doador para se alienar o imóvel doado. Assun-

sendo, como o Instituto precisa hipotecar o imóvel para realizar operação financeira necessária à conclusão das obras de sua Sede, nada mais justo que esta Casa acolha a Mensagem, autorizando o Poder Executivo a anuir na referida hipoteca.

Pela aprovação.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 30.5.73.

(aa) Antônio F. F. da Costa — Presidente  
Quiêse Crisóstomo da Silva — Relator  
Ivo Thomazoni  
Santos Lima  
Wilson Fortes  
Igo Losso  
Antônio Lopes Júnior

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI N.º 71-73

AUTOR: — Poder Executivo — Mensagem n.º 41-73 encaminhando anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo anuir na hipoteca de propriedade do Instituto de Engenharia do Paraná, situada nesta Capital e doado pelo Estado, a fim de permitir obtenção de recursos financeiros àquele Instituto.

#### PARECER

O presente Projeto de Lei, devidamente justificado e aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, é meramente autorizatório. Tendo em vista que o referido Instituto necessita obter financeiramente hipotecário, para concluir o prédio de sua sede, achamos justa a medida não encontramos nenhum impedimento de ordem financeira.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.05.73.

(aa) Quiêse Crisóstomo da Silva — Presidente  
João Fadel — Relator  
Wilson Fortes

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final, do Projeto de Lei n.º 59-73. — Aprovado.  
Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pela venda do primeiro carregamento de óleo produzido com o xisto pirobituminoso paranaense. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, bem como ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de determinar a pavimentação asfáltica da rodovia que liga os Municípios de Jacarézinho e Ribeirão Claro. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, bem como ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, visando a construção das faixas de acostamento ao longo da Rodovia do Café, e da duplicação da pista nos trechos de nível ascendente, na mesma via. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Diretor do DETRAN, no sentido de ser procedida pintura de faixa divisória na Avenida Cândido de Abreu, a partir da Praça 19 de Dezembro, em direção ao Centro Cívico. — Aprovado.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem). Sr. Presidente, queremos fazer uma solicitação a V.Exa. e não sabemos se devemos fazê-lo por escrito ou não.

Quando estávamos na Tribuna, havia um elemento do DETRAN tomando notas de nosso pronunciamento para encaminhar, naturalmente, ao Diretor do DETRAN.

Solicitaria de V.Exa., para evitar deturpação de nosso pronunciamento, que fosse encaminhada cópia da ata de nossos trabalhos de hoje para facilitar o trabalho do DETRAN que daqui para diante não precisará mandar um representante para tomar nota dos trabalhos da Assembléia. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Defiro o pedido do Deputado Antônio Belinati, determinando que sua encaminhando àquele Departamento cópia devidamente autenticada das notas taquigráficas.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor do D.E.R., no sentido de que se dignem adotar as medidas necessárias visando a construção da estrada ligando Cêro Azul a Curitiba. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Álvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, reivindicando o asfaltamento da estrada que liga Primeiro de Maio a Sertãoópolis. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando congratulações ao Sr. Misael Moreschi, Prefeito Municipal de Itambé, pela realização levada a efeito no domingo próximo passado, da "1.ª Festa do Soja". — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 6, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 155-72, 17-73 e, de Resolução n.ºs 26-73 e 27-73.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 140-71 — 24-73 — 33-73 — 26-73 e 71-73.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 51-72 e de Resolução n.ºs 13-73 e 14-73.

Levanta-se a Sessão.

#### ATAS DAS COMISSÕES:

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 7.ª LEGISLATURA — 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

##### Ata da 10.ª Reunião Ordinária

Aos trinta dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Iris Caldart, apresentou redação final aos seguintes projetos: **PROJETO DE LEI N.º 252-70** — de autoria do deputado Wilson Fortes, que cria um Ginásio Estadual, em Santo Antônio do Caiuá. **PROJETO DE LEI N.º 282-70** — de autoria do deputado Wilson Fortes, que cria a Escola Comercial de São João do Caiuá. **PROJETO DE LEI N.º 285-70** — de autoria do deputado Olivir Gabardo, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio anexo ao Grupo Escolar João Loyola, nesta Capital. **PROJETO DE LEI N.º 167-71** — de autoria do Deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio em Jardim Alvorada, da cidade de Maringá. **PROJETO DE LEI N.º 199-71** — de autoria do deputado Maurício Fruct, que cria um Ginásio Estadual na sede do Município de Piên. **PROJETO DE LEI N.º 176-72** — de autoria do deputado Cândido M.M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prof. de Quedas do Iguaçu, a motoniveladora marca HUBERWARCO, como especifica. **PROJETO DE LEI N.º 11-73** — de autoria do deputado Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo celebrar convenio com a Prefeitura Municipal de Assaí, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem, objetivando a construção de uma ponte sobre o Rio São Jerônimo, naquele Município, com o vão de 54 metros. **PROJETO DE LEI N.º 19-73** — de autoria do deputado Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública a Creche Nossa Senhora de Fátima, com sede em Londrina. **PROJETO DE LEI N.º 20-73** — de autoria do deputado Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública a Creche Semiramis Braga, com sede na cidade de Apucarana. **PROJETO DE LEI N.º 21-73** — de autoria do deputado Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública a União Beneficente Nossa Senhora da Piedade, com sede em Marialva. **PROJETO DE LEI N.º 34-73** — de autoria do deputado José Muggiati Filho, que declara de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo, da cidade de Araçongas. **PROJETO DE LEI N.º 57-73** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 37-73, encaminhando anteprojeto de lei que abre crédito especial de Cr\$ 4.516.022,00 (quatro milhões, quinhentos e dezesseis mil e vinte e dois cruzeiros) destinado as despesas com a Fundação de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente  
Lélío Guimarães Sotto-Maior — Secretário

##### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 252-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Ginásio Estadual de Santo Antônio do Caiuá, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30/5/73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente  
Iris Caldart — Relator  
Basílio Zanusso

##### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 282-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criada a Escola Comercial de São João do Caiuá, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30/5/73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente  
Iris Caldart — Relator  
Basílio Zanusso

##### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 285-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio anexo ao Grupo Escolar João Loyola, na Vila Planta Capão Raso, nesta Capital, para funcionar a partir do próximo ano letivo, no período noturno.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30/5/73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente  
Iris Caldart — Relator  
Basílio Zanusso

##### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 167-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio no Jardim Alvorada, e mMaringá.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30/5/73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente  
Iris Caldart — Relator  
Basílio Zanusso

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 199-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual na sede do Município de Piên.

Art. 2.º — As despesas decorrentes correrão à conta da verba orçamentária própria.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30/5/73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente  
Iris Caldart — Relator  
Basílio Zanusso

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 176-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, a motoniveladora marca "HUBERWARCO", ano de fabricação 1962, retificada totalmente por aquela Prefeitura, onde presta serviços há mais de 3 (três) anos.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30/5/73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente  
Iris Caldart — Relator  
Basílio Zanusso

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 11-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convenio com a Prefeitura Municipal de Assaí, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem, objetivando a construção de uma ponte de concreto armado sobre o rio São Jerônimo, no Município de Assaí, com o vão de 54 metros.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30/5/73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente  
Iris Caldart — Relator  
Basílio Zanusso

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 19-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Creche Nossa Senhora de Fátima, com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30/5/73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente  
Iris Caldart — Relator  
Basílio Zanusso

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 20-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Creche Semiramis Braga, com sede na cidade de Apucarana.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30/5/73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente  
Iris Caldart — Relator  
Basílio Zanusso

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 21-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a União Beneficente Nossa Senhora da Piedade, com sede em Marialva.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30/5/73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente  
Iris Caldart — Relator  
Basílio Zanusso

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 34-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Arapongas.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30/5/73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente  
Iris Caldart — Relator  
Basílio Zanusso

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 57-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial no valor de Cr\$ 4.516.022,00 (quatro milhões, quinhentos e dezesseis mil e vinte e dois cruzeiros), para atender despesas com a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C., instituída pela Lei n.º 6.316, de 20 de setembro de 1972, de acordo com a seguinte discriminação:

ÓRGÃO: — SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO GOVERNO  
UNIDADE: — GABINETE DO SECRETÁRIO — ENTIDADES SUPERVISI-  
NADAS

PROGRAMA: — COLONIZAÇÃO

ATIVIDADE: — PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE  
TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ — I.T.C.

DOTAÇÃO: — 2107.0504.2835

3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES	3.674.974,00
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.674.974,00
3.2.7.0	Diversas Transferências Correntes	3.674.974,00
3.2.7.5	Fundações Instituídas pelo Poder Público	3.674.974,00
01	— Pessoal	1.952.625,00
03	— Outros Custeios	1.523.941,00
06	— Salário Família	38.408,00
07	— Contribuições de Previdência Social	160.000,00
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL	841.048,00
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	841.048,00
4.3.4.0	Auxílios para Equipamentos Instalações	202.757,00
4.3.5.0	Auxílios para Material Permanente	33.291,00
4.3.7.0	Contribuições Diversas	605.000,00
4.3.7.4	Diversas	605.000,00
04	— Outras Contribuições	605.000,00
T O T A L		4.516.022,00

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo a cancelar igual importância constante do Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.357, de 7 de dezembro de 1972.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30/5/73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente  
Iris Caldart — Relator  
Basílio Zanusso